



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

## **PARECER - TJ/AM/AJAP/TJ**

Trata-se de processo administrativo no qual se pretende a aquisição de Lousa de Película Interativa Digital, bem como os materiais e equipamentos necessários e complementares, conforme DFD - Documento de Formalização de Demanda ESMAM/CADJJFL (1609223).

Conforme Estudo Técnico Preliminar (1814771):

1.1 A contratação pretendida **não está prevista** no Plano de Contratações Anual (PCA 2024).

1.2 Todavia, consoante relato do Secretário-Geral e Executivo da ESMAM citado no Despacho (SEI 1613743) abaixo transcrito, tal aquisição é necessária para atender as demandas da Escola Superior da Magistratura do Amazonas.

"... a aquisição de lousas digitais, mesmo fora do Plano Anual de Contratação, é uma necessidade imperiosa para a Esmam. Trata-se de um investimento que além de trazer um retorno imediato na qualidade das aulas e na satisfação dos alunos, trará um retorno econômico, uma vez que a aplicação de software em substituição a meios tradicionais, favorece a automação de processos, evitando dispêndios com materiais. Maior exemplo disso, são os ganhos obtidos através da digitalização de processos.

Diante do apresentado, a aquisição do mencionado item reforça o papel da Esmam como uma instituição de referência na formação de magistrados. Desta maneira, justifica-se tecnicamente a inserção desta demanda no orçamento, garantindo que a Esmam continue a proporcionar uma formação de alto nível, compatível com as exigências contemporâneas do mundo jurídico."

Decisão GABPRES STJAUXP/TJ/JUIZ2 (1798067):

Constam nos autos: DFD - Documento de Formalização de Demanda ESMAM/CADJJFL (SEI nº 1609223), Estudo Técnico Preliminar DVPM/SPLAN (SEI nº 1739397) e Parecer SEPLAN (SEI nº 1795057) ressaltando que a aquisição pretendida **não está prevista** no Plano de Contratações Anual 2024, conforme especificado no **item 1 do Estudo Técnico Preliminar - DVPM/SPLAN (1739397)**..

Instado a se manifestar, a ESMAM apresentou justificativa fundamentada acerca da mencionada aquisição, que informou no documento de id. 1613743 que, embora a aquisição de lousas digitais não esteja contemplada no Plano Anual de Contratação, sua implementação representa um avanço significativo na qualidade da educação oferecida. Assim, ao elencar as justificativas, informou, por fim, que a aquisição é necessidade imperiosa para a ESMAM, tratando-se de investimento que, além de trazer retorno imediato na qualidade das aulas e na satisfação dos alunos, trará um retorno econômico, uma vez que a aplicação de software em substituição aos meios tradicionais favorece a automação de processos, evitando dispêndio com materiais.

No caso em comento, verifica-se justificada a necessidade de contratação do objeto em exame, haja vista o atendimento dos requisitos legais, conforme apresentados no Painel de Execução do PCA 2024.

Diante do exposto, **autorizo** o prosseguimento da presente contratação, encaminhando-se os autos à **Seção de Elaboração de Artefatos de Contratação** para elaboração de Termo de Referência.

A Secretaria de Compras e Operações elaborou Termo de Referência (1874518), Mapa de Gerenciamento de Riscos (1874519) e Mapa de Preços (1925654).

(1928741). A SECOP juntou a minuta do Edital de Pregão Eletrônico/SRP (1926954) e seus anexos

É o relatório.

## **1. Da prévia análise técnico-jurídica**

Quando a administração tem a pretensão de realizar licitação, contrato, acordo, convênio ou ajustes, o respectivo órgão técnico-jurídico deverá apresentar manifestação prévia, por força do art. 53, parágrafo único, da Lei n. 14.133/21:

**Art. 53.** Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

No mesmo sentido são as normas constantes do art. 20, caput, e art. 32 da Resolução do TJAM n.º 64/2023:

**Art. 32.** Após a elaboração da minuta de edital e anexos, os autos seguirão para a Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência para realização do controle prévio de legalidade da contratação nos termos deste artigo e do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo único.** Ao final da fase preparatória, todos os processos de contratação, inclusive aqueles que não seja necessária a elaboração de minuta de edital e contrato, serão submetidos à análise jurídica pela Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência.

No caso em análise, o processo administrativo fora encaminhado a esta Assessoria para os fins das normas em comento.

Logo, passa-se à análise técnico-jurídica.

## **2. Da modalidade da licitação e do critério de julgamento**

Dispõe o art. 28 da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 28. São modalidades de licitação:

I - pregão;

II - concorrência;

III - concurso;

IV - leilão;

V - diálogo competitivo.

No caso de aquisição de bens ou serviços de natureza comum, é obrigatório o uso da modalidade de licitação denominada pregão, na forma do inciso XLI do art. 6º e o art. 29 da mesma Lei:

**Art. 6º** Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

**XLI** - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

(...)

**Art. 29.** A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

No caso em análise, a pretendida contratação refere-se à contratação de serviço comum, que possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado, adequando-se perfeitamente a hipótese das normas acima, e a minuta do edital estabeleceu o **menor preço global** como critério de julgamento.

### **3. Do tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte**

A Lei Complementar n. 123/2006 prescreve:

**Art. 44.** Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

(...)

**§ 2º** Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Neste sentido, a Cláusula Décima Segunda da minuta do edital apresentada prevê expressamente o obrigatório tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas.

### **4. Da dotação orçamentária**

O mapa de preços (1551281) e Metodologia de Cálculos (1552225) acostados aos autos detalham o valor global estimado para a contratação é de **R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais)**.

Jurisprudência majoritária acompanha o que dizia o § 2º do art. 7º do Decreto Federal 7892/2013, anterior à Lei n.º 14.133/2021, no sentido de que a indicação da dotação orçamentária somente será necessária quando da efetiva contratação dos serviços.

### **5. Da minuta do edital**

A minuta do edital de licitação (1926954) objeto deste processo administrativo assim dispõe:

- A cláusula primeira traz o objeto do pregão eletrônico;
- A cláusula segunda dispõe sobre a dotação orçamentária;
- A cláusula terceira prevê as formas de comunicações durante o procedimento licitatório;
- A cláusula quarta prevê as normas sobre impugnação e pedido de esclarecimento;
- A cláusula quinta prevê as normas sobre credenciamento e condições de participação;
- A cláusula sexta prevê as normas sobre a vistoria técnica;

- A cláusula sétima prevê as normas sobre o envio da proposta eletrônica de preços e dos documentos de habilitação;
- A cláusula oitava prevê as normas sobre as declarações a serem feitas pelos licitantes;
- A cláusula nona dispõe sobre o preenchimento das propostas;
- A cláusula décima dispõe sobre as amostras, folders, catálogos, prospectos ou manuais;
- A cláusula décima primeira prevê as normas sobre a abertura da sessão pública do pregão, classificação de propostas e formulação de lances;
- A cláusula décima segunda prevê os benefícios concedidos às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas;
- A cláusula décima terceira prevê as fases de julgamento;
- A cláusula décima quarta prevê as normas sobre negociação a ser realizada por meio do sistema;
- A cláusula décima quinta prevê as normas sobre habilitação;
- A cláusula décima sexta prevê as normas sobre recurso;
- A cláusula décima sétima prevê as normas sobre adjudicação e homologação;
- A cláusula décima oitava dispõe sobre o contrato e a garantia contratual;
- A cláusula décima nona dispõe sobre os procedimentos para registro de preços;
- A cláusula vigésima prevê as normas para emissão de Nota de Empenho;
- A cláusula vigésima primeira prevê as normas sobre prazo e condições de fornecimento ou prestação do serviço;
- A cláusula vigésima segunda prevê as normas a respeito das obrigações do contratante e da contratada;
- A cláusula vigésima terceira prevê as normas a respeito das obrigações sociais, comerciais e fiscais;
- A cláusula vigésima quarta prevê as normas a respeito do pagamento;
- A cláusula vigésima quinta dispõe sobre a extinção da ata;
- A cláusula vigésima sexta prevê as normas a respeito da inexecução;
- A cláusula vigésima sétima dispõe sobre infrações administrativa e sanções;
- A cláusula vigésima oitava trata das disposições gerais;
- A cláusula vigésima nona arrola os anexos;
- A cláusula trigésima prevê as normas a respeito do foro para eventual discussão decorrente do edital.

Da análise da comentada minuta de edital, verifica-se que está em consonância com as normas sobre licitações e contratos, sobretudo aquelas constantes da Lei n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006; da Resolução n.º 064/2023 TJ-AM, no que couber; do Decreto do Estado do Amazonas n.º 28.182/2008.

## 7. Da conclusão

Pelo exposto, **esta Assessoria Administrativa opina pela aprovação da minuta de edital de licitação objeto dos autos, na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço global, no valor estimado de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), para possibilitar o registro de preços para aquisição de Lousa de Película Interativa Digital**, bem como os materiais e equipamentos necessários e complementares, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital, com fundamento no disposto no inc. XLI do art. 6º; inc. I do art. 28; e art. 29 da Lei n.º 14.133/2021.

Ressalte-se que, no momento da celebração do negócio jurídico, deverá ser providenciada a documentação indicativa de que não há restrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e de que não há restrições junto à Fazenda Nacional em relação a certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

Por fim, não se pode perder de vista a necessidade obrigatória de se dar ampla publicidade a todas as contratações feitas pela Administração, por força do *caput* do art. 37 da Constituição e do § 3º do art. 25 da Lei n.º 14.133/2021.

Considerando tratar-se de decisão da competência de autoridade superior, submeta-se o presente feito à apreciação e posterior deliberação, observadas as cautelas de praxe.

É o parecer.

Manaus/AM, 13 de Dezembro de 2024.

*(assinado digitalmente)*

**Adriana Souza Carpinteiro Péres**

Diretora da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA SOUZA CARPINTEIRO PERES, Diretor(a)**, em 16/12/2024, às 11:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1953822** e o código CRC **A7541240**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

## DECISÃO GABPRES

Trata-se de processo administrativo no qual se pretende a aquisição de Lousa de Película Interativa Digital, bem como os materiais e equipamentos necessários e complementares, conforme DFD - Documento de Formalização de Demanda ESMAM/CADJJFL (1609223).

Constam dos autos Estudo Técnico Preliminar DVPM/SPLAN (SEI nº 1739397), Termo de Referência SECOP/SEAC (SEI nº 1808593) e Mapa de Preços SECOP/DVCOP/SC (SEI nº 1925654).

Parecer AJAP/TJ (SEI nº 1953822) na forma do art. 53, parágrafo único, da Lei 14.133/21, pela aprovação da minuta de edital de licitação objeto dos autos.

Da análise dos autos, verifica-se que a minuta de edital está em consonância com os requisitos danos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006, do Decreto Estadual n.º 47.133/2023, do Decreto Federal n.º 3.555/2000, da Resolução n.º 64/2023 TJAM.

Ante o exposto, acolho o retromencionado parecer por seus jurídicos e legais fundamentos, pelo que os adoto como minhas próprias razões de decidir, para autorizar a realização de certame na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento **pelo menor preço global, no valor estimado de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), para possibilitar o registro de preços para aquisição de Lousa de Película Interativa Digital**, bem como os materiais e equipamentos necessários e complementares, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital, com fundamento no disposto no inc. XLI do art. 6º; inc. I do art. 28; e art. 29 da Lei n.º 14.133/2021.

Outrossim, torna-se indispensável que, no momento da celebração do negócio jurídico, seja providenciada a documentação indicativa de que não há restrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e de que não há restrições junto à Fazenda Nacional em relação a certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

Imprescindível, também, a necessidade de se dar ampla publicidade aos negócios jurídicos celebrados com a Administração Pública, por força do art. 37, caput, da Constituição e do art. 13 da Lei nº 14.133/21.

À COLIC para providências cabíveis.

Cumpra-se com as cautelas de praxe.

Manaus, data registrada no sistema.

*(assinado digitalmente)*

**Desembargadora Nélia Caminha Jorge**

Presidente do TJ/AM



Documento assinado eletronicamente por **Nélia Caminha Jorge, Desembargadora de Justiça**, em 16/12/2024, às 20:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1956439** e o  
código CRC **076338A9**.

---